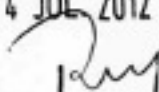




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 336/2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 04 JUL 2012

1º Secretário

EMENTA: Institui o dia 29 de novembro como o Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino.

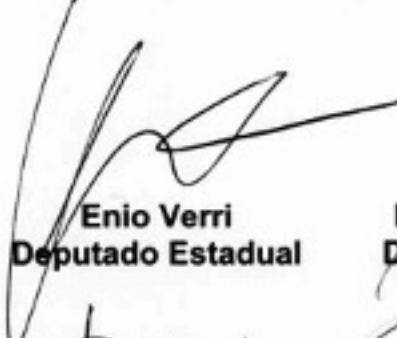
Art. 1º. Fica instituído o dia 29 de novembro como o Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino.

Art. 2º. O Poder Público poderá, conjuntamente com entidades árabe-palestinas sediadas no Estado do Paraná e demais entidades interessadas, promover atividades alusivas à data.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

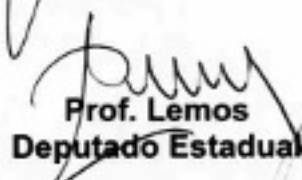
Plenário das Sessões, 04 de julho de 2012.

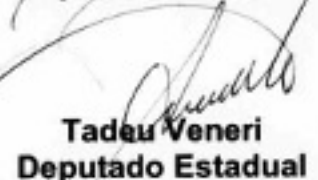

Elton Welter
Deputado Estadual


Enio Verri
Deputado Estadual

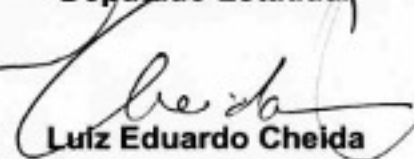

Luciana Rafagnin
Deputada Estadual


Péricles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual


Luiz Eduardo Cheida
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

No dia 29 de novembro comemora-se o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, criado pela Resolução nº 32 da ONU, de 1977. Esta data foi escolhida porque, neste mesmo dia, em 29 de novembro de 1947, a ONU – sem qualquer consulta à população que lá vivia – determinou por meio da Resolução nº 181 que o território da Palestina fosse dividido em duas nações: o Estado de Israel (judeu, com 30% da população e 53% do território, abrangendo suas terras mais férteis) e o Estado Palestino (árabe, com 70% da população e 46% do território, com difícil acesso à água). Jerusalém Oriental ficou com a Palestina e Jerusalém Ocidental com Israel.

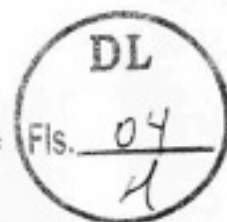
Em 14 de maio de 1948, menos de seis meses depois, o Estado de Israel foi instalado e reconhecido pela comunidade internacional. Para que isso acontecesse, 800 mil palestinos foram expulsos de suas terras, mais de 500 vilarejos foram extirpados e muitos palestinos foram mortos. E, até hoje, o Estado Palestino não conseguiu ser instalado nem reconhecido.

Ao longo desses anos, os palestinos viram suas terras serem esbulhadas, seus direitos ignorados e grande parte de seus filhos assassinados. Com a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel ocupou quase toda a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, além de territórios da Síria, Líbano e Egito.

Sucessivas resoluções do Conselho de Segurança da ONU (Resoluções 242/67 e 338/73), determinando que Israel devolvesse os territórios ocupados, até hoje não foram cumpridas, em um profundo desrespeito à comunidade internacional, configurando a mais longa ocupação militar dos tempos atuais. A desobediência de Israel só é possível devido ao irrestrito apoio diplomático, financeiro e militar dos Estados Unidos, que a cada ano repassa a Israel 5



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



bilhões de dólares, a fundo perdido, e lhe abastece com as mais modernas armas de destruição em massa.

Para agravar ainda mais a situação, Israel vem aplicando uma política de assentamento de colonos judeus nos territórios ocupados e construindo milhares de moradias para cidadãos israelenses em Jerusalém Oriental, ao mesmo tempo em que classifica como "estrangeiros" os palestinos que lá vivem há milênios. Em consequência, hoje mais de 6 milhões de palestinos encontram-se em campos de refugiados, espalhados pelos países árabes – ou emigrados, muitos dos quais no Rio Grande do Sul.

Fruto dessa política expansionista, hoje o exército de Israel ocupa 65% da Cisjordânia e 40% da Faixa de Gaza e, junto com suas forças paramilitares (formada pelos colonos judeus), implantou um regime de terror, onde a tortura, o sequestro e o assassinato – inclusive de líderes políticos palestinos – são procedimentos corriqueiros, com amparo nas leis israelenses.

Desde 2002, Israel está construindo um muro que divide ao meio a Cisjordânia, com 720 km de extensão e 9 metros de altura, tendo centenas de postos de controle, além de estradas exclusivas, proibidas aos palestinos, verdadeiro *apartheid* nos territórios ocupados. Esse muro, que impede a continuidade territorial da Palestina, enclausurou Belém, e Qalqilia, expulsando 50 mil palestinos de Jerusalém Oriental e levando a anexação por Israel de 10% das terras mais férteis da Cisjordânia. O território palestino é mantido seccionado, sendo impossível aos palestinos deslocar-se da Cisjordânia à Faixa de Gaza. Nesta, um milhão e meio de pessoas – vivendo no lugar mais densamente povoado do mundo – sofrem frequentes ataques e um bloqueio criminoso de Israel, fazendo com que ali grasse a fome, a miséria e a morte, em uma punição coletiva, impensável em pleno século XXI.

O massacre de Saba e Chatila, em 1982, no sul do Líbano, que causou a morte de mais de três mil crianças, mulheres e idosos; os assassinatos dos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



líderes da resistência palestina; os quase dois mil mortos na agressão de Israel à Faixa de Gaza, em dezembro de 2008 e janeiro de 2009; o ataque de comandos israelenses, em maio de 2012, em águas internacionais, à flotilha humanitária que levava alimentos e remédios à Faixa de Gaza, matando 9 ativistas de diversos países, entre eles um norte-americano, e prendendo 700 cidadãos de 45 países; são alguns exemplos da política criminosa de Israel contra o povo palestino e contra aqueles que lutam pelo reconhecimento ao seu direito de constituir um Estado Nacional.

Contudo, o povo palestino nunca aceitou passivamente a ocupação israelense. Em 1964, criou a OLP (Organização de Libertação da Palestina), formada pela união de diversos partidos e grupos que lutam pela independência palestina. Em decorrência da sua luta, obrigaram a ONU, em 1974, a reconhecer o seu direito a independência e a conceder à OLP o status de observador. Em 1998, proclamaram a Independência da Palestina e, em 1993 – pelos Acordos de Oslo, constituíram a Autoridade Nacional Palestina por um prazo de cinco anos, findos os quais, seria criado o Estado da Palestina. Esse prazo venceu em maio de 1999, mas tem sido constantemente adiado pela intransigência de Israel, que se nega a retirar suas tropas das áreas ocupadas e não aceita que Jerusalém também seja capital do Estado Palestino, reivindicada como capital tanto pelos palestinos quanto por Israel.

Quanto aos palestinos, desde 1974, por meio de seus Conselhos Nacionais, aceitam o princípio da existência de dois Estados, com as fronteiras vigentes em 4 de junho de 1967 na Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental. O próprio *Hamas* – menos propenso a uma reconciliação com Israel – afirmou em janeiro de 2007 que acarretará um eventual referendo que estabeleça a paz com Israel, em cima da formação de um Estado Palestino com as fronteiras de junho de 1967, tendo Jerusalém Oriental como capital, garantida a libertação dos prisioneiros palestinos e a solução da questão dos refugiados.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury





O estado palestino já foi reconhecido por mais de 100 nações – a totalidade dos países árabes, a maioria dos africanos, grande parte dos asiáticos e diversos da Europa Oriental. No dia 3 de dezembro de 2010, o Brasil, à época presidido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reconheceu a Palestina e suas fronteiras de 1967, foi o primeiro país das Américas a fazê-lo. Atualmente 139, dos 193 países que compõem a ONU, já reconhecerem oficialmente o Estado Palestino.

É necessário que se ressalte que o próprio povo israelense, em sua grande parte, é contrário à violência praticada pelo Estado de Israel contra os palestinos. Assim, é preciso que o governo de Israel seja forçado, por meio de uma grande pressão internacional, a aceitar a constituição do Estado Palestino e que, finalmente, se construa um ambiente de paz na região. Mas, essa negociação só avançara com base na justiça, igualdade e no respeito mútuo. As forças de ocupação não podem ditar os termos da paz. É necessária a devolução dos territórios ocupados por Israel, a suspensão dos assentamentos de colonos em áreas palestinas, a derrubada do muro do apartheid e a suspensão do bloqueio à Faixa de Gaza.

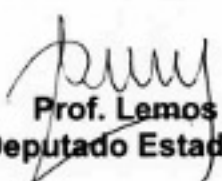
Por estas razões, julgamos de extrema importância a instituição do dia 29 de novembro como o Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino.

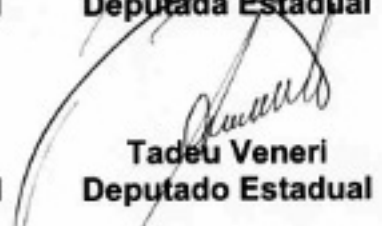

Elton Welter
Deputado Estadual


Enio Verri
Deputado Estadual

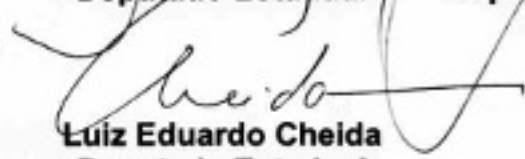

Luciana Rafagnin
Deputada Estadual

Péricles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Toninho Wandscheer
Deputado Estadual


Luiz Eduardo Cheida
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 336/12

Projeto de Lei nº 336/2012

Autores Deputados: Elton Welter, Enio Verri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer e Luis Eduardo Cheida.

Súmula: Institui o dia 29 de novembro como o Dia Estadual de Solidariedade ao povo palestino.

EMENTA: INCLUI NO CALENDÁRIO TURÍSTICO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ A FESTA DE SÃO SEBASTIÃO. ADMISSIBILIDADE, ARTIGO 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. INICIATIVA DA ALEP, ART 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTIGO 4º, IX, PRINCÍPIOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO DO PROJETO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Elton Welter, Enio Verri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer e Luis Eduardo Cheida, tem por objetivo instituir o dia 29 de novembro como o "Dia Estadual de Solidariedade ao povo palestino".



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

No que tange a admissibilidade do projeto em tela, o mesmo deve corresponder ao artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que trás a seguinte redação:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

Fis. 18

Paralelamente à disposição acima mencionada, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65 delineia que:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

No que tange ao objeto da ora preposição, imperioso mencionar em sede de análise prévia, o que diz o artigo 4º da nossa Lei maior, a Constituição Federal, senão vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

Nesse aspecto, tratando-se do artigo 4º, da Constituição Federal, o qual relaciona os princípios que regem as relações internacionais, fica evidente a solidariedade que a República Federativa do Brasil possui com os demais povos.

Ademais, como forma de engrandecer tais princípios, vale mencionar que os mesmos estão inseridos no título I de nossa Carta Magna, ou seja, fazem parte dos "Princípios Fundamentais" que imperam sobre todas as Constituições e leis brasileiras.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 19

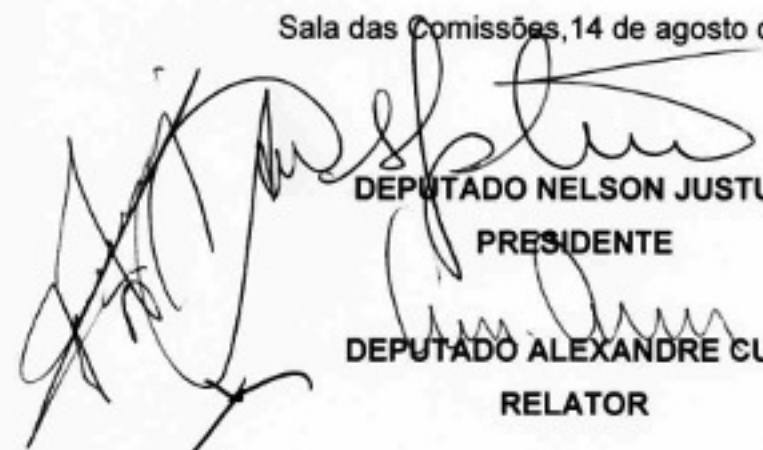
Desta forma, considerando-se que a matéria abordada no presente projeto não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício formal de procedimento alusivo a sua iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei encontra-se em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

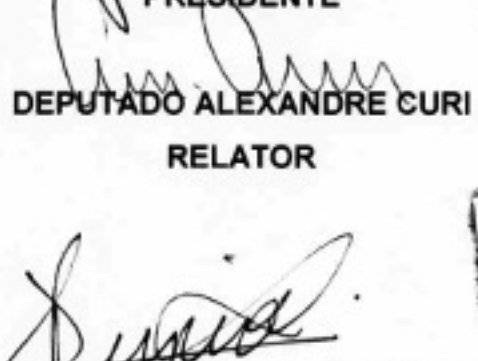
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n°. 95 de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, redação, alteração, consolidação das leis e estabelecimento das normas para a consolidação dos atos normativos.

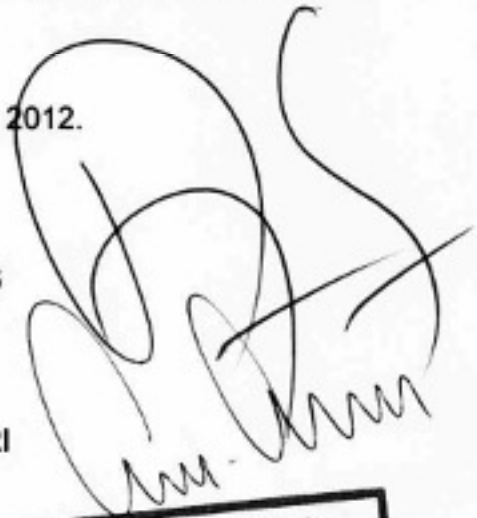
CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez superados todos os óbices, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


APROVADO
unânime 14/08



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - CDHC

PROJETO DE LEI 336/2012

AUTOR: DEPUTADOS ELTON WELTER, ENIO VERRI, LUCIANA RAFAGNIN, PROFESSOR LEMOS, TADEU VENERI, TONINHO WANDSCHEER E LUIZ EDUARDO CHEIDA.

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Institui o dia 29 de novembro como o Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino.

Ementa: Instituição Data Comemorativa de Solidariedade ao Povo Palestino. Aprovação.

Fundamentação:

Trata-se de inclusão de data comemorativa no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

A proposição já foi apreciada na Comissão de Constituição e Justiça, onde foi aprovada por unanimidade.

Ante a luta histórica do povo Palestino pela demarcação de seu território e pela instituição de seu Estado autônomo, deve-se igualmente aprovar nesta Comissão a instituição de data comemorativa, no dia 29 de novembro de cada ano.

Desta forma, **opino pela aprovação pela Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da proposição n. 336/2012.**

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2012

[Assinatura]
Deputado Ney Leprevost
Vice-Presidente

[Assinatura]
Deputado Pastor Edson Praczyk
Relator

[Assinatura]

[Assinatura]
1



~~ANTE~~ PROJETO DE LEI N.º


456/12

Súmula: Institui o "Dia da Conscientização sobre a Hanseníase".

Art. 1º. Fica instituído, no calendário oficial do Estado do Paraná, o Dia da Conscientização sobre a Hanseníase, a ser celebrado, anualmente, no dia 26 de maio.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em de de 2012.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

MENSAGEM
N.º 044 /2012

Curitiba, 09 de agosto de 2012



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A DL.

Em, 15 AGO. 2012

Senhor Presidente. Secretário

I - À DAP para leitura do expediente

II - À DL para providências.

Em, 13/08/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir no calendário oficial do Estado do Paraná, o "Dia da Conscientização sobre a Hanseníase", a ser comemorado, anualmente, no dia 26 de maio, data de nascimento do Dr. Germano Traple, médico de notório saber, servidor incansável da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná de 1973 a 1995, que dedicou sua vida pela causa da Hanseníase.

Inicialmente justifica-se o presente anteprojeto de lei, com base no art. 65 da Constituição Estadual. Senão vejamos:

"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição."

Antes de adentrarmos na temática do anteprojeto de lei propriamente dito, faz-se necessária a conceituação do que vem a ser Hanseníase, retirada do sítio do Ministério da Saúde:

"A hanseníase é uma doença infecciosa e contagiosa causada por bacilo denominado Mycobacterium leprae. Não é hereditária e sua evolução depende de características do sistema imunológico da pessoa que foi infectada."

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
A/B/Prot. 11.076.442-1



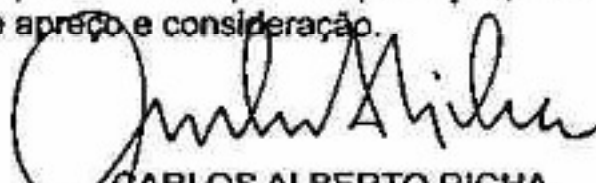
Isto posto, oportuno salientar que no Estado do Paraná a média de casos novos de hanseníase nos últimos 5 (cinco) anos é de 1.400 (mil e quatrocentos) ao ano, diminuindo gradativamente. Porém, todo esforço é empreendido no sentido de descobrir todos os casos e tratá-los na sua integralidade para interromper a cadeia epidemiológica da doença.

O diagnóstico precoce é um dos fatores importantes no tratamento e na interrupção do contágio, evitando o aparecimento de incapacidades físicas, pois, são elas e as deformidades as principais causas do estigma e do preconceito da pessoa na comunidade.

Assim, o objetivo da presente proposta é divulgar para a comunidade em geral os sinais, sintomas, tratamento e cura desta doença, haja vista que a informação ainda é a melhor maneira de prevenir e ofertar as pessoas atingidas pela hanseníase um tratamento integral.

Diante do exposto, apresento o presente anteprojeto objetivando a instituição do já referido "Dia da Conscientização sobre a Hanseníase".

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 416/12

Projeto de Lei nº 416/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 044/12

Súmula: Institui o “Dia da
Conscientização sobre Hanseníase”.

EMENTA: INSTITUIÇÃO DE DATA
COMEMORATIVA. POSSIBILIDADE.
ARTS. 33-A E 124 RI ALEP. ARTS. 24 E 196
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 12,
13, 65 E 167 DA CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE.
ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder
Executivo, tem como objetivo instituir o “Dia da Conscientização sobre a
Hanseníase”, a ser celebrado, anualmente, no dia 26 de maio.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e
Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno
da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a
constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como
a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá ao Governador:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todas os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

O Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 08
SEP

Faz-se necessária a conceituação do que vem a ser hanseníase, retirada do sítio do Ministério da Saúde:

Doença crônica granulomatosa, proveniente de infecção causada pelo *Mycobacterium leprae*. Esse bacilo tem a capacidade de infectar grande número de indivíduos (alta infectividade), no entanto poucos adoecem (baixa patogenicidade); propriedades essas que não são em função apenas de suas características intrínsecas, mas que dependem, sobretudo, de sua relação com o hospedeiro e o grau de endemicidade do meio, entre outros aspectos. O domicílio é apontado como importante espaço de transmissão da doença, embora ainda existam lacunas de conhecimento quanto aos prováveis fatores de risco implicados, especialmente aqueles relacionados ao ambiente social. O alto potencial incapacitante da hanseníase está diretamente relacionado ao poder imunogênico do *M. leprae*. A hanseníase parece ser uma das mais antigas doenças que acomete o homem. As referências mais remotas datam de 400 a.C. e procedem da Ásia, que, juntamente com a África, podem ser consideradas o berço da doença. A melhoria das condições de vida e o avanço do conhecimento científico modificaram significativamente o quadro da hanseníase, que atualmente tem tratamento e cura. No Brasil, cerca de 47.000 casos novos são detectados a cada ano, sendo 8% deles em menores de 15 anos.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde, vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifo nosso)

Corroborando deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

A Constituição do Estado do Paraná afirma ser competência do Estado, em comum com a União e os Municípios cuidar da saúde e assistência pública:

Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Além disso, a Carta Magna da República em seu artigo 196 aduz que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Neste mesmo sentido, determina a Constituição Estadual:

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 11
SEP

estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

APROVADO
Unombr 21.08.12



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 416/2012

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo instituir no calendário oficial do Estado do Paraná, o "Dia da Conscientização sobre a Hanseníase", a ser comemorado, anualmente, no dia 26 de maio, data de nascimento do Dr. Germano Traple, médico de notório saber, servidor incansável da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná de 1973 a 1995, que dedicou sua vida pela causa da Hanseníase.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, na Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela normal tramitação do projeto.

Por força do art. 33-I, chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta é divulgar para a comunidade em geral sinais, sintomas, tratamento e cura desta doença, haja vista que a informação ainda é a melhor maneira de prevenir e ofertar as pessoas atingidas pela hanseníase um tratamento integral.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a normal tramitação do feito pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

15/10/12

DR. BATISTA
Presidente

MARLA TURECK
Relatora



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI Nº 464/12

Súmula: Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 16.940, de 08 de novembro de 2011.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 16.940, de 08 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 1º.** Fica instituído o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão, a serem concedidos às pessoas físicas ou jurídicas que adaptarem suas edificações e treinarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas com deficiência e às pessoas idosas.*

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 16.940, de 08 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 3º.** O Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão serão concedidos pelo Governador do Estado, ouvido o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, nas seguintes graduações:

I – Grau Prata, à pessoa física ou jurídica que adaptar fisicamente suas edificações, eliminando as barreiras arquitetônicas para melhor atender à pessoa com deficiência e à pessoa idosa;

II – Grau Ouro, à pessoa física ou jurídica que adaptar fisicamente suas edificações, eliminando as barreiras arquitetônicas, e treinar seus funcionários para melhor atender à pessoa com deficiência e à pessoa idosa.*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 06 de setembro de 2012.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

GOVERNADOR DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 SET. 2012

1º SECRETÁRIO

MENSAGEM

Nº 051/2012

Curitiba, 06 de setembro de 2012.

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 10/09/2012

Senhor Presidente,

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 16.940, de 08 de novembro de 2011, que instituiu o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no Estado do Paraná, a serem concedidos às pessoas físicas ou jurídicas que adaptarem suas edificações e trelnarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e às idosas.

A presente medida visa tão somente adequar a terminologia empregada nos dispositivos aos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, internalizado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. A modificação é meramente redacional, corrigindo a terminologia da definição de "pessoas portadoras de necessidades especiais", constante nos artigos 1º e 3º da Lei Estadual nº 16.940/2011.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

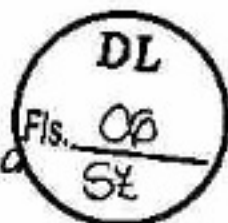
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.421.009-9



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI N° 461/2012

Projeto de Lei n°. 461/2012

Autor: Poder Executivo - Mensagem n°. 051/12

Súmula: Dá nova redação aos Arts. 1° e 3° da Lei N° 16.940/2011.

EMENTA: DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1° E 3° DA LEI N° 16.940/2011 QUE INSTITUI O CERTIFICADO-INCLUSÃO E O SELO-INCLUSÃO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 65 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

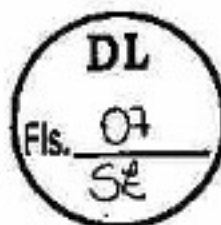
O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar os arts. 1° e 3° da Lei 116.940/2011 que dispõe sobre a instituição do Certificados-Inclusão e o Selo- Inclusão no Estado do Paraná. A devida alteração é meramente redacional, modificando o termo "pessoas portadoras de necessidades especiais" para "pessoas com deficiência".

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2°, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 08
SE

Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 e, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
RELATOR

APROVADO

unanimidade 18/09



Projeto de Lei Nº 461/2012

Autor: Poder Executivo(Mensagem 051/12)

O Projeto de Lei nº 461/2012, de autoria do Poder Executivo, objetiva alterar os artigos 1º e 3º da Lei nº 116.940/2011, que dispõe sobre a instituição do Certificado-Inclusão e Selo-Inclusão no Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando o Projeto, opinou favoravelmente.

O projeto ora analisado visa tão somente alterar a redação da mencionada lei, mudando o termo "pessoas portadoras de necessidades especiais" para "pessoas com deficiência".

Não existindo qualquer óbice à sua tramitação, o parecer desta Comissão de Direitos Humanos é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2012.

Deputado TADEU VENERI

Presidente

Deputado CAÍTO QUINTANA

Relator



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

PROJETO DE LEI Nº 461/12

Autoria: PODER EXECUTIVO

Objetivo: Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 16.940, de 08 de novembro de 2011.

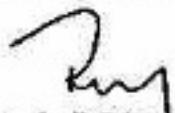
CONSIDERAÇÕES:

O Projeto de Lei nº 461/12, em análise na Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, enviado a esta Casa através da Mensagem Governamental nº 051/12, do Governador Beto Richa, tem como objetivo apenas a alteração da Redação da Lei 116., nos seus artigos 1º e 3º que dispõe sobre a instituição do Certificado-Inclusão e Selo-Inclusão no Estado do Paraná.

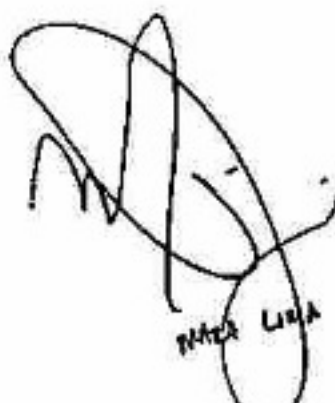
A mudança do termo "pessoas portadoras de necessidades especiais" para "pessoas com deficiência", não coloca qualquer alteração no conteúdo do Projeto original, estando portanto em condições de tramitar nesta Casa.

Por isso, o nosso **PARECER É FAVORÁVEL**.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 2012.


Deputada ROSE LITRO
Presidente


Deputada CANTORA MARA LIMA
Relatora


MARA LIMA


Luciana

PROJETO DE LEI

465/12

Súmula: Autoriza a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social a participar do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado de Assistência Social – FONSEAS.

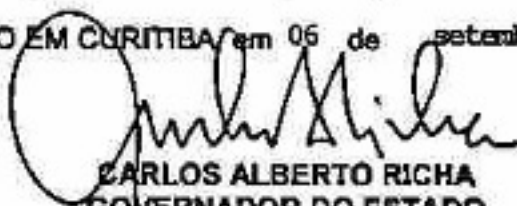
Art. 1º Fica autorizada a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social a participar do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado de Assistência Social – FONSEAS.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo, por sua secretaria indicada no artigo 1º desta lei, efetuar o pagamento das anuidades do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado de Assistência Social – FONSEAS.

Art. 3º Fica convalidada a participação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social no Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado de Assistência Social – FONSEAS nos anos anteriores e autorizado o pagamento das respectivas anuidades.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA em 06 de setembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

MENSAGEM

Nº 052 /2012

Curitiba, 06 de setembro de 2012



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Senhor Presidente 0 SET. 2012

1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 10/09/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa anteprojeto de lei objetivando autorizar a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social a participar do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado de Assistência Social - FONSEAS e efetuar o pagamento das anuidades do referido Fórum que somam, anualmente, R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Objetiva, ainda, convalidar a participação da mencionada Secretaria naquele Fórum em anos anteriores e autorizar o pagamento das respectivas anuidades.

A objetivada autorização consulta aos interesses públicos pois, no mencionado Fórum, fazem parte representantes de todas as unidades da Federação com a finalidade de desenvolvimento e implementação de políticas de melhoria na área da assistência social, utilizando-se de vários mecanismos, estratégias e parcerias, propiciando ganhos compartilhados entre as Secretarias de Estado, destacando-se o intercâmbio e troca de experiências.

O Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado de Assistência Social e outros órgãos correlatos - FONSEAS é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia financeira, administrativa e de gestão de seus bens, conforme o art. 1º de seu Estatuto. Essa entidade é formada pelo conjunto de administradores públicos responsáveis pela coordenação e execução da política de assistência social no Brasil.

Conforme dispõe o artigo 2º do seu Estatuto, o FONSEAS tem por finalidade:

I - Contribuir para a definição e formulação de diretrizes básicas para subsidiar o aprimoramento da política de assistência social;

II - Defender e posicionar-se em favor dos interesses dos Estados e Distrito Federal na execução da política de assistência social;

III - Fortalecer a participação dos Estados e do Distrito Federal na definição e implementação da política de assistência social, como política pública estatal na perspectiva de garantia dos direitos dos seus usuários;

IV - Promover o intercâmbio de experiências e ações que facilitam a operacionalização da política de assistência social, respeitando as diversidades regionais;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/ProLnº 11.383.101-4

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

V – Articular ações junto aos poderes executivo e legislativo para ampliação de recursos financeiros que viabilizem a política de assistência social;

VI – Contribuir com as demais políticas públicas para a integração e aperfeiçoamento da política de assistência social;

VII – Participar das instâncias de pactuação (Comissão Intergestores Tripartite – CIT) e de deliberação (Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS) da política de assistência social e demais setores, quando solicitado.

VIII – Propor Estudos e Pesquisas que contribuam para o aperfeiçoamento da política de assistência social."

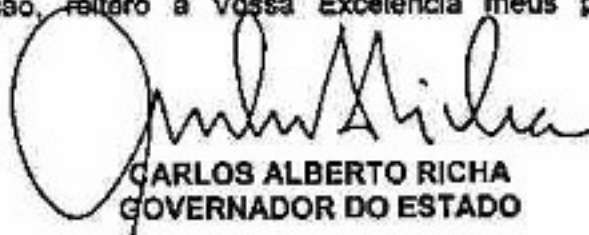
O FONSEAS não possui sede própria, devendo portanto arcar com as despesas mensais referentes à manutenção de suas instalações e ao pessoal do setor administrativo. E para fazer frente a essas despesas, foi instituída uma anuidade a ser paga por cada Secretaria de Estado participante, conforme o art. 20, II, do Estatuto do Fórum.

Tem-se registro ainda que o Estado do Paraná possui dívidas com o FONSEAS que remontam ao ano de 2007, sendo certo, igualmente, que alguns desses débitos foram perdoados.

A presente proposta encontra semelhança com a participação da Secretaria de Estado da Educação no Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED. Ali, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou a Lei Estadual nº 14.962, de 21 de dezembro de 2005, autorizando a SEED a participar do CONSED, convalidando sua participação nos anos anteriores e autorizando o respectivo pagamento de anuidades.

Assim, almejando a participação regular da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social no FONSEAS, proponho a essa Casa de Leis o anexo anteprojeto de lei

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 465/2012

Projeto de Lei nº. 465/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 052/12

Súmula: Autoriza a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social a participar do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado de Assistência Social.

EMENTA: AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL A PARTICIPAR DO FONSEAS – FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS (AS) DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65; 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei do autor da do Poder Executivo tem por finalidade autorizar a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social a participar do



Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado de Assistência Social – FONSEAS, com o pagamento da respectiva anuidade.

FUNDAMENTAÇÃO

O De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

O I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 28 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

O Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Além do mais, o referido assunto aborda tema de competência privativa do Governador do Estado, conforme a própria Constituição Estadual determina:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



IV - criação, estruturação e atribuição das
Secretarias de Estado e órgãos da
Administração Pública. (grifo nosso)

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

**Art. 87. Compete privativamente ao
Governador:**

(vide ADIN 979-6)

(...)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários
de Estado, a direção superior da
administração estadual;

(...)

VI - dispor sobre a organização e o
funcionamento da administração estadual,
na forma da lei; (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a
competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Com relação ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº. 101/00,
observa-se da justificativa anexa ao presente Projeto, que as despesas
somam, anualmente, R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o que não gera o aumento
de despesa de forma a transformar a dotação orçamentário do Estado, posto
que se trata de valor anual certo e previsível.

Por fim, no tocante à Lei Complementar Federal n.º 95/98, o Projeto de Lei não
apresenta nenhum óbice.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


DL
Fls. 10
58


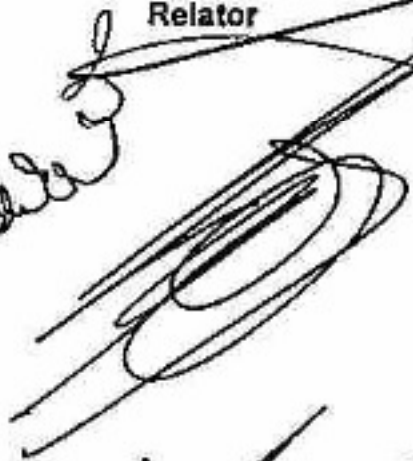
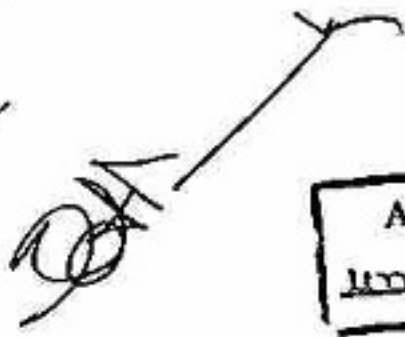
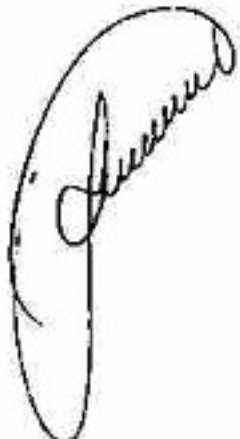

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2012


Nelson Justus
Presidente


Hermes Brandão Junior
Relator






APROVADO

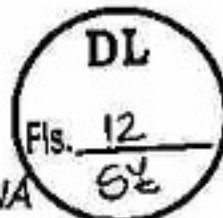
unânime 03/09
8

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saúde, s/n
Gab. Dep. Hermes Jr - 3. Andar - sala 302
Fons: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80.530-911
www.hermesjunior.com.br





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 465/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 052/12 que objetiva autorizar a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social a participar do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado de Assistência Social.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Brandão Junior e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

No que tange a Lei Complementar Federal nº 101/00, devemos observar que o autor da proposta em questão, justifica que a despesa anual, será da ordem de R\$10.000,00 (dez mil reais), valor este que não traz aumento de despesa no sentido de modificar o orçamento do Estado, uma vez que trata-se de valor certo e previsto.

 1



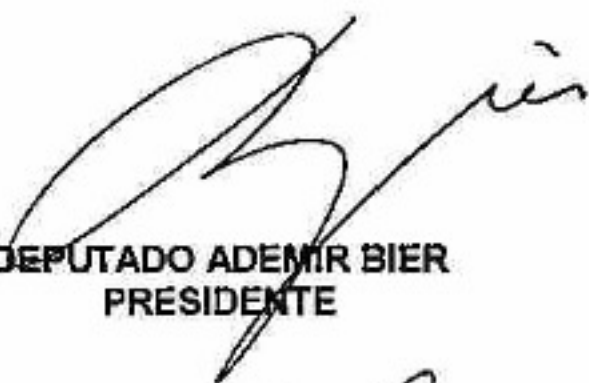
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 13
56

Sendo assim, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 17/10/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR






PROJETO DE LEI

468/12

SÚMULA: Extingue os Distritos Judiciários de Pinhalzinho, do Município de Goioxim, da Comarca de Cantagalo e de Poema, do Município de Nova Tebas, da Comarca de Manoel Ribas e altera dispositivos da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme especifica.

Art. 1.º Ficam extintos os Serviços Distritais de Pinhalzinho, do Município de Goioxim, da Comarca de Cantagalo e de Poema, do Município de Nova Tebas, da Comarca de Manoel Ribas alterando o ANEXO III, Tabela 2 Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários - Demais Comarcas, e o ANEXO IV, Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2.º Ficam incluídos no ANEXO IX, Tabela 6 - Extinção de Serviços Distritais, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 os Serviços Distritais referidos no art. 1.º desta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

J

JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de lei, originário do protocolado nº 38.681/2009, tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - (CODJ), no âmbito da composição de seus Anexos, visando unicamente a extinção dos Serviços Distritais de Pinhalzinho, do Município de Goioxim, da Comarca de Cantagalo e de Poema, do Município de Nova Tebas, da Comarca de Manoel Ribas.


A decisão está amparada em manifestação favorável à extinção dos mencionados Serviços Distritais, consoante parecer de fls. 398/411 da Assessoria Jurídica da Corregedoria da Justiça, acolhido pelo Excelentíssimo Corregedor da Justiça às fls. 413/414 do protocolado 38.681/2009.

A douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias por unanimidade de votos, deliberou pela extinção dos referidos Serviços Distritais, em sessão datada de 30/01/12.

Saliente-se que o egrégio Órgão Especial, em sessão datada de 13 de agosto de 2012 também aprovou a proposta de anteprojeto de lei, visando a extinção dos Serviços Distritais supracitados.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela presente proposta deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

Por fim, registre-se que não haverá despesas com a extinção de tais Serviços Distritais, razão pela qual se deixa de anexar a declaração de adequação orçamentária.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2

Nº	COMARCA	Nº	Sede / Serviço Distrital Municipal	Nº	Serviço Distrital Não Municipal
DISTritos JUDICIÁRIOS					
23	Centagalo		Centagalo		
			Golexim		
			Vimond		
DISTritos JUDICIÁRIOS					
78	Manoel Ribas		Manoel Ribas	122	Barras de Santa Salete (*)
			Nova Tebas		
DISTritos JUDICIÁRIOS					

LEGENDA

(*) Distritos Judiciários que serão extintos após vacância.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ	
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003	
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	
1.1.1	CANTAGALO - Comarca de Entrância Inicial
1.1.2	FORO JUDICIAL
1.1.3	FORO EXTRAJUDICIAL
1.1.4	SERVIÇO DISTRITAL
1.1.5	Serviço distrital de Goiandira
1.1.6	Serviço distrital de Viçosa
1.1.7	MANOEL RIBAS - Comarca de Entrância Inicial
1.1.8	FORO JUDICIAL
1.1.9	FORO EXTRAJUDICIAL
1.1.10	SERVIÇO DISTRITAL
1.1.11	Serviço distrital de Nova Tebas
1.1.12	Serviço distrital de Barra de Santa Helena
(1)	(1) = SERVIENTA PARA EXTINGUIR NA VACÂNCIA

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003

COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

CANTAGALO - Comarca de Entrância Inter

FORO JUDICIAL

FÓRÓ EXTRAJUDICIAL

SERVICO DISTITAL

Servicio distrital de Gobierno

Semco distrital de Vermont

MANOEL RIBAS - Comarca de Entrância Inicial

FORO JUDICIAL

FORO EXTRAJUDICIAL

SERVICO DISTITAL

Serviço distrital de Nova Tebas

Serviço Distrital de Barra de Santa Salete

(1) = SERVENTIA PARA EXTINGDIR NA VACANCIA.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS ANEXO IX - TABELA 6		
SERVIÇOS DISTRITAIS	MUNICÍPIO	COMARCA
PINHALZINHO	GOIOXIM	CANTAGALO
POEMA	NOVA TEBAS	MANOEL RIBAS





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 27 de agosto de 2012.
Of. nº 1201/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em, 20.8.2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital



Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o Incluso Anteprojeto de Lei que propõe a extinção dos Distritos Judiciais de Pinhalzinho, do Município de Goioxim, da Comarca de Cantagalo e de Poema, do Município de Nova Tebas, da Comarca de Manoel Ribas, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOUR NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
 CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JURISDICTIONAIS
 EXTENSÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS
 ANEXO II - TABELA 6

SERVIÇOS DISTRITAIS	MUNICÍPIO	COMARCA
SALTINHO DO OESTE	ALTO PARANÁ	ALTO PARANÁ
ANGAITERA	GUARAGUATUBA	ANTÔNIA
BARATUNA	ARAPOTI	ARAPOTI
GUAMIRIM	ARACATUBA	ARACATUBA
SANTA ZELIA	ASTORGA	ASTORGA
TERMO GUA	BAURER DE MELLO	ASTORGA
NOSSA SENHORA DA CADELA	BARCINANTES	BARCINANTES
POCINO	BARROBA FERRAZ	BARCINANTES
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	SALGADO FILHO	BARCINANTES
ESBOÇAÇA DO NORTE	ALVORADA DO SUL	BELA VISTA DO PARANÁ
ITATA	CAURÉ	CAURÉ
MEVEIRA	CAMPINA DA LAGOA	CAMPINA DA LAGOA
CAMPINA REACHOINHA	QUATRO MARINHAS	CAMPINA GRANDE DO SUL
PIÑEIRO	CAPANEMA	CAPANEMA
VALÉRIO	PLANALTO	CAPANEMA
SÃO SEBASTIÃO	CEIRO AZUL	CEIRO AZUL
VARZEA	ESULTOR ULTRASS	CEIRO AZUL
SÃO FRANCISCO	CHOPINHO	CHOPINHO
SÃO LUÍS DO OESTE	CHOPINHO	CHOPINHO
DOS BRANCO	SÃO JOÃO	CHOPINHO
NOVA LOURDES	SÃO JOÃO	CHOPINHO
RESERVADEIROS	RONDON	CRUZEIRO DO SUL
SÃO LUÍS	REVELANDIA	CRUZEIRO DO SUL
MEDEIROS ANTONIA	ROSSA SENHORA DAS ORAÇÕES	CRUZEIRO DO SUL
SÃO FRANCISCO DE MOURA	COMODINHA	COMODINHA
SÃO JUANES TADEU	SANTO ANTONIO DO PARANÁ	COMODINHA
PARANAGUÁ	COMODINHA	COMODINHA
VERA ALMEIDA	COMODINHA	COMODINHA
SÃO SEBASTIÃO	CRUZEIRO DO SUL	CRUZEIRO DO SUL
SÃO LUÍS	CRUZEIRO DO SUL	CRUZEIRO DO SUL

DL
 09
 Fis.
 2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRI-
TUAIS

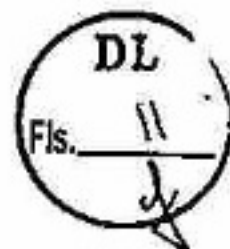
ANEXO IX - TABELA 6

SERVIÇOS DISTRI- TUAIS	MUNICÍPIO	CORREIA
APARELHO DO GÊNE- RO	MUNICÍPIO DO GÊNE- RO	MUNICÍPIO DO GÊNE- RO
BELA VISTA DA TAPERA	MUNICÍPIO DO GÊNE- RO	MUNICÍPIO DO GÊNE- RO

DL
Fls. 70
X

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS
ANEXO IX - TABELA 8

SERVIÇOS DISTRITAIS	MUNICÍPIO	CORRICA
PORTO SÃO JOSÉ	SAO PEDRO DO PARANA	LOANDA
GOVÃO	MUNICÍPIO DE	MANOELINA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS
ANEXO IX - TABELA 4

SERVIÇOS DISTRITAIS	MUNICÍPIO	CORRICA
ANTÔNIO	MARCELO CARLOS RONDON	MARCELO CARLOS RONDON
SÃO MIGUEL DO GUAÍRA	BARCELONA	BARCELONA
SANTA FÉ DO SUL	BARCELONA	BARCELONA
NOVA AURORA	BARCELONA DO SUL	BARCELONA DO SUL
CENTRO MARCHEL	NOVA LONDRINA	NOVA LONDRINA
EDUARDO BONITO	ORTIGUEIRA	ORTIGUEIRA
UBALDO TADUE	EDRONELO DOMINGOS SOARES	PALMAS
SÃO CAMILO	PALESTINA	PALESTINA
FLORIANO	PARANACITY	PARANACITY
SILVA JORDAN	PARANACITY	PARANACITY
DEPUTADO JOSE APARECIDO	PARANACITY	PARANACITY
WENCESLAU	PARANACITY	PARANACITY
SÃO VICENTE	PARANACITY	PARANACITY
BRASIL	PRIMEIRO DE MAIO	PRIMEIRO DE MAIO
RIO DA PRATA	SANTA ISABEL DO OESTE	ISABELA
SÃO JOSE DO MAT	SANTA ISABEL DO MAT	SANTA ISABEL DO MAT
SANTA LUZIA DA ALVORADA	SÃO JOÃO DO MAT	SÃO JOÃO DO MAT
PALESTINA	SÃO JOÃO DO TRILHO	SÃO JOÃO DO TRILHO
ITACORA	SÃO MIGUEL DO MAT	SÃO MIGUEL DO MAT
GUARAPUAVA	TEREZA SOARES	TEREZA SOARES
ADRIANO DE SAUS	TEREZA SOARES	TEREZA SOARES
LAVINIA	TEREZA SOARES	TEREZA SOARES
CARLOS	TEREZA SOARES	TEREZA SOARES
SÃO DOMINGOS	TEREZA SOARES	TEREZA SOARES
SANTA ANA	TEREZA SOARES	TEREZA SOARES
LANGADA DO SUL	TEREZA SOARES	TEREZA SOARES

DL
F/s. 12

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
 CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
 EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRICTAIS
 ANEXO IX - TABELA 8

SERVIÇOS DISTRICTAIS	MUNICÍPIO	COMARCA
SEDE PRODRÉSSO	NEIRE	DOIS VIZINHOS
COLÓPOLIS	SÃO JORGE DO OESTE	DOIS VIZINHOS
SEDE NOVA SANTANA	SÃO JORGE DO OESTE	DOIS VIZINHOS
TRINDADO	ENGENHEIRO BELTRÃO	ENGENHEIRO BELTRÃO
ESQUELHA DO OESTE	ENGENHEIRO BELTRÃO	ENGENHEIRO BELTRÃO
BOSSUI	ENGENHEIRO BELTRÃO	ENGENHEIRO BELTRÃO
SALA VISTA DO N/1	FÊNIX	ENGENHEIRO BELTRÃO
PORTERA FÊNIX	FÊNIX	ENGENHEIRO BELTRÃO
NOVA ALVAREZ	FAZINHA	FAZINHA
SÃO DOMINGOS	CRUZEIRALTA	FAZINHA
VILA DINIZ	CRUZEIRALTA	FAZINHA
NOVA CONCEIÇÃO	FRANCISCO BELTRÃO	FRANCISCO BELTRÃO
BAIXADA	FRANCISCO BELTRÃO	FRANCISCO BELTRÃO
VISTA ALEGRE	ENÉAS MARQUES	FRANCISCO BELTRÃO
PARACATÁ	GOBIERTE	GOBIERTE
PAPAMÁ DO OESTE	MOREIRA SALES	GOBIERTE
PRÉRIAS BONITO	GRANDE RIBE	GRANDE RIBE
GUARÁ	GUARAPUAVA	GUARAPUAVA
JORDÃO	GUARAPUAVA	GUARAPUAVA
BOBAMIN	GUARAPUAVA	GUARAPUAVA
VASCOJURAL	IRATI	IRATI
CRUZINHA DE OLIVEIRA	IRATI	IRATI
VILA GUAY	IRATI	IRATI
AMORINHA	IRATI	IRATI
GUAPORA	POÇA	POÇA
LAJOADA	POÇA	POÇA
PRINTE	POÇA	POÇA
GUARAPUAVA	IRATI	IRATI
GUARAPUAVA	IRATI	IRATI
ALTO POÇA	IRATI	IRATI
JACUTENGA DO N/1	IRATI	IRATI
BENTOPOLIM	GUARAPUAVA	GUARAPUAVA
EDUARDO XAVIER DA SILVA	JACUTENGA	JACUTENGA
JOA	JACUTENGA	JACUTENGA
SÃO ROQUE DO PINHAL	JACUTENGA	JACUTENGA

DL
 Fls. 13
 1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 468/12

Projeto de Lei nº 468/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Extingue os Distritos Judiciários de Pinhalzinho, do Município de Goioxim, da Comarca de Cantagalo e de Poema, do Município de Nova Tebas, da Comarca de Manoel Ribas e altera dispositivos da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme específica.

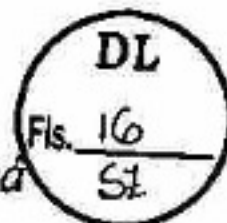
EMENTA: EXTINÇÃO DO DISTRITO JUDICIÁRIO DE PINHALZINHO, NO MUNICÍPIO DE GOIOXIM, DA COMARCA DE CANTAGALO. EXTINÇÃO DO DISTRITO JUDICIÁRIO DE POEMA, DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS, DA COMARCA DE MANOEL RIBAS. ALTERAÇÃO DA LEI 14.277 DE 30 DE DESEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa extinguir dois distritos judiciários a saber: a) o distrito judiciário de Pinhalzinho, do Município de Goioxim, da Comarca de Cantagalo; e, b) o distrito judiciário de Poema, do Município de Nova Tebas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 24 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 149:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 17
51

Art. 45. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

- l - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal;
- d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

O Código de Organização e Divisão Judiciárias de nosso Estado estabelece:

Art. 235. Em cada Distrito Judiciário, excetuado o da sede da Comarca, haverá um oficial distrital com as atribuições definidas neste Código.

Sobre as atribuições do oficial distrital, a previsão está no Capítulo do Foro Extrajudicial do Código de Organização e Divisão Judiciárias, veja-se:

Art. 190. Aplica-se o regime deste título aos Notários e Registradores. Parágrafo único. Aos oficiais de registro de pessoas naturais, aos de registro de imóveis, aos de registro de títulos e documentos, aos tabelões de protestos e aos tabelões de notas, incumbem as atribuições inerentes aos seus ofícios, segundo as disposições legais e observados os limites circunscricionais, quanto aos dois primeiros.

Art. 191. Além do contido no art. 13 da Lei Federal 8935/94, observar-se-á o seguinte:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 18
SL

I - quanto às escrituras, será permitido às partes indicar o tabelião de sua preferência, que encaminhará ao ofício de registro e distribuição, para fins de registro, relação contendo todas as escrituras lavradas em prazo não superior a dez (10) dias, contados da lavratura;

II - nos distritos, esses registros serão feitos pelo próprio oficial distrital, em livro próprio, com encaminhamento no prazo de dez (10) dias da correspondente relação das escrituras lavradas ao Ofício de Registro de Distribuição para os devidos fins.

{...}

Dispôs o Código ainda que os Distritos terão um juiz de paz e dois suplentes:

Art. 116. Em cada distrito das comarcas de entrância inicial e intermediária e em cada circunscrição do registro civil das comarcas de entrância final, haverá um (1) Juiz de Paz e dois (2) suplentes, que reúnam os seguintes requisitos:

Na Justificativa do presente projeto de lei, menciona-se que a extinção do distrito vem amparada por parecer da Assessoria Jurídica da Corregedoria da Justiça, bem como da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, sendo que o Órgão Especial, em 13 de agosto de 2012 já aprovou a proposta.

Ademais, em razão de não haver despesa, desnecessária e prejudicada a declaração de adequação orçamentária.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

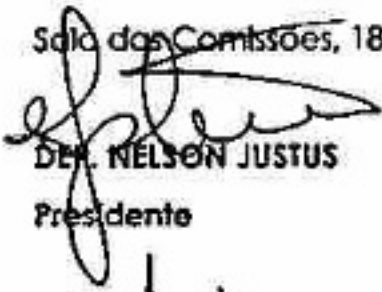


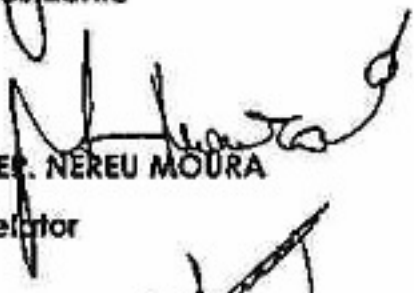
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

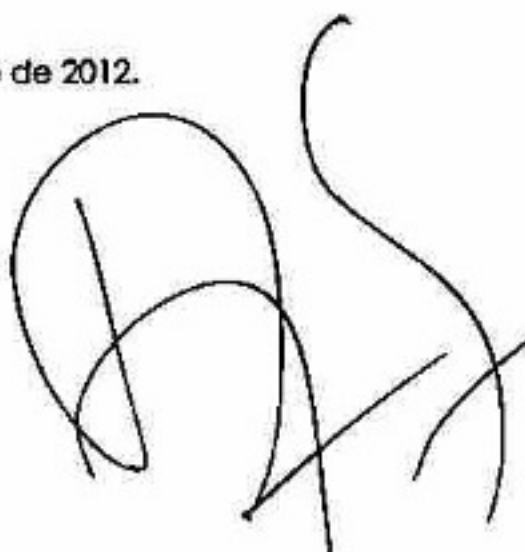
DL
Fls. 19
52

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 18 de setembro de 2012.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. NEREU MOURA
Relator

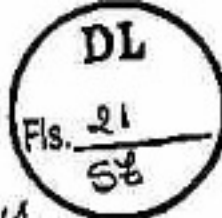


APROVADO
18/09/12





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 468/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1201/12 que extingue os Distritos Judiciários de Pinhalzinho, do Município de Goioxim, da Comarca de Cantagalo e de Poema, do Município de Nova Tebas, da Comarca de Manoel Ribas e altera dispositivos da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que não haverá despesas com a extinção dos citados Serviços Distritais, motivo pelo qual o autor da proposta não apresentou a declaração de adequação orçamentária e financeira.

Devemos considerar ainda, que a Constituição Estadual em seu art. 65, assegura este tipo de iniciativa ao Presidente do Tribunal de Justiça.

De outro lado o art. 101 do mesmo diploma legal, assegura a competência privativa ao Tribunal de Justiça em propor tal matéria.

Handwritten signature



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fis. 22
54

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 17/10/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR

PROJETO DE LEI 506/12

Súmula: Altera a Lei nº 6.517, de 2 de janeiro de 1974 e a Lei nº 1.052, de 20 de novembro de 1952, conforme especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O inciso XI do art. 7º da Lei 6.517, de 2 de janeiro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XI – opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse metropolitano, bem como conceder e fiscalizar, observada a legislação pertinente, os serviços públicos inerentes ao transporte intermunicipal de passageiros, de natureza eminentemente urbana, da Região Metropolitana de Curitiba;"

Art. 2º. O art. 7º da Lei 6.517, de 2 de janeiro de 1974, passa a vigorar acrescido deste parágrafo único:

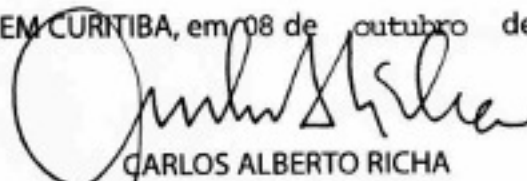
"Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo Estadual fixará os critérios a serem utilizados no edital de concessão referida no inciso XI deste artigo."

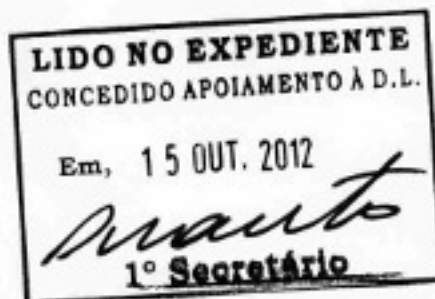
Art. 3º. A alínea "m" do art. 2º da Lei 1.052, de 20 de novembro de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

"m) conceder e fiscalizar, de acordo com a legislação respectiva, serviços de transporte coletivo de passageiros nas estradas estaduais, respeitada a competência da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC e observada a respectiva regulamentação;"

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em sentido contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 08 de outubro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 063 /2012 Curitiba, em 08 de outubro de 2012

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 11/10/2012
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva estabelecer, dentre as atribuições da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, a outorga da concessão do serviço público de transporte intermunicipal relativo a Região Metropolitana de Curitiba, retirando, por consequência, esta específica competência do Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

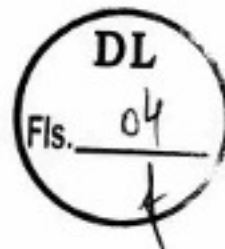
A Constituição de 1988, em seu art. 175, assim estabelece:

"Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos".

Com fundamento na Carta Magna foi editada a Lei nº 11.445, de 5 janeiro de 2007, que introduziu alterações na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que todas as concessões em caráter precário seriam válidas até 31 de dezembro de 2010.

O transporte público é um serviço público e, portanto, para que o mesmo seja concedido às empresas do ramo há necessidade de que seja realizada Concorrência Pública para concessão dos mesmos, nos termos da Lei Federal nº 8.987.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.656.860-8



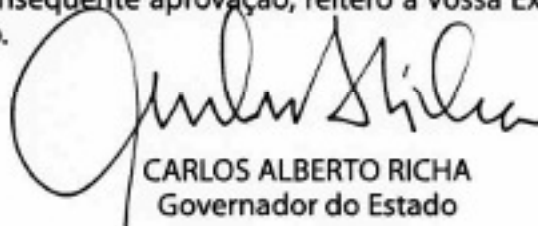
Hoje, em nosso Estado, o Departamento de Estradas e Rodagens - DER é a autarquia que detém a competência para realizar as concessões do transporte coletivo de passageiros nas estradas estaduais, inclusive na Região Metropolitana de Curitiba, conforme previsão contida na Lei Estadual nº 1.052, de 20 de novembro de 1952.

Ocorre que a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, entidade autárquica, instituída através da Lei Estadual nº 6.517, de 2 de janeiro de 1974, foi criada para realizar serviços de interesse comum aos Municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba, estando dentre as competências a de "opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse metropolitano."

Por conta dessa competência da COMEC, urge a necessidade de se ajustar os diplomas legais estaduais acima mencionados, conforme o ora proposto Anteprojeto de Lei, acomodando a situação jurídica à situação fática existente, permitindo que a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, juntamente com o Departamento de Estradas e Rodagens - DER, possam realizar, observadas cada qual as suas competências, os procedimentos necessários para a deflagração de procedimento licitatório tendente a concessão do transporte coletivo de passageiros.

A COMEC ficaria, através do Anteprojeto de Lei, encarregada da Região Metropolitana de Curitiba, função pública de interesse comum dos Municípios que compõem referida Região e ao DER caberiam as demais situações.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 506/2012

Projeto de Lei nº. 506/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 063/12

Súmula: Altera a Lei nº 6.517, de 2 de janeiro de 1974 e a Lei nº 1.052, de 20 de novembro de 1952, conforme especifica.

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 6.517/74 QUE INSTITUI A COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC. MODIFICA O INCISO XI DO ART. 7º E ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO. ALTERA A LEI Nº 1.052/52 QUE DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM. MODIFICA A ALÍNEA "m" DO ART. 2º. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13 e 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 175. LEI FEDERAL Nº 8.987/95. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo estabelecer, dentre as atribuições da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, a outorga da concessão do serviço público de transporte intermunicipal relativo à Região Metropolitana de Curitiba, retirando, por consequência, esta específica competência do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade,

Concedido vista.

Em 23 / 10 / 2012

Tadeu Genesini
CCJ



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**



legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, está evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil assim dispõe sobre o regime de concessão ou permissão da prestação de serviços públicos, conforme segue:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

- I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;**
- II - os direitos dos usuários;**
- III - política tarifária;**
- IV - a obrigação de manter serviço adequado.**

Inclusive, sobre o referido tema, existe a Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e assim determina em seu art. 1º:

Art. 1º As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a revisão e as adaptações necessárias de sua legislação às prescrições desta Lei, buscando atender as peculiaridades das diversas modalidades dos seus serviços.

Desse modo, nota-se que o Estado, Poder Executivo, detém prerrogativas para promover a revisão e as adaptações necessárias no que tange as concessões de serviços públicos.

Assim sendo, vislumbra-se que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para proceder as alterações nas duas Leis Estaduais, quais sejam: Lei nº 6.517/74 que institui a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC e a Lei nº 1.052/52 que dispõe sobre a Reorganização do Departamento de Estradas e Rodagem - DER.

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal n.º 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.





Sala das Comissões, 30 de outubro de 2012.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR





APROVADO

unânime 30/10/12




**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 506/2012 –
Mensagem 063/12**

Projeto de Lei nº 506/2012 – Mensagem 063/12
Autor: Poder Executivo

**Súmula: Altera a lei nº 6.517/1974 e a
lei nº 1.052/1952**

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 506/12, de autoria do Poder Executivo altera a lei nº 6.517/1974 e a lei nº 1.052/1952, que trata sobre a concessão, permissão e autorização de serviços de interesse da região metropolitana de Curitiba.

II – RELATÓRIO

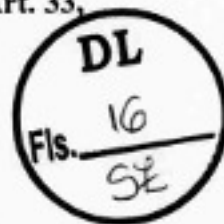
Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 506/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa estabelecer a outorga da concessão de serviço público de transporte intermunicipal, no que diz respeito à Região metropolitana de Curitiba, à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, retirando esta específica competência do DER.

Essa alteração ocorre devido ao fato da COMEC, entidade autárquica, criada pela Lei Estadual 6.517/1974 realizar serviços de interesse comum aos Municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba, estando dentre as competências a de “opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse metropolitano”. Esta competência da COMEC faz com que exista a necessidade de se ajustar os diplomas legais estaduais, buscando acomodar a situação jurídica à situação fática, possibilitando a COMEC, em conjunto com o DER realizar, respeitando as suas competências legais, os procedimentos necessários para o processo licitatórios, tendentes a concessão do transporte coletivo de passageiros.

Com a presente proposta a “COMEC ficará responsável da Região Metropolitana de Curitiba, função pública de interesse comum dos Municípios que compõem referida Região e ao DER caberiam as demais situações.”

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.



III - CONCLUSÕES

O presente projeto de lei visa alterar a lei nº 6.517/1974 e a lei nº 1.052/1952, corrigindo questões jurídicas com relação à legislação estadual, conforme demonstrado no relatório.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal proposta. O **Projeto de Lei 506/2012** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará direcionando essa responsabilidade à COMEC que já trabalha diretamente com serviços ligados à região metropolitana. Esse processo estará desafogando o próprio DER, que já tem um trabalho extenso e expressivo realizado com os demais municípios do Paraná. O **Projeto de Lei nº 506/2012**, está adequado e sem quaisquer impedimentos para seguir sua tramitação.


IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 506/12**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

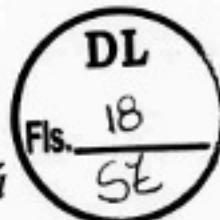
Sala das Comissões em 30 de Outubro de 2012.


Francisco Bührer
Presidente da Comissão


Adelino Ribeiro
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



PARECER AO PROJETO DE LEI 506/12

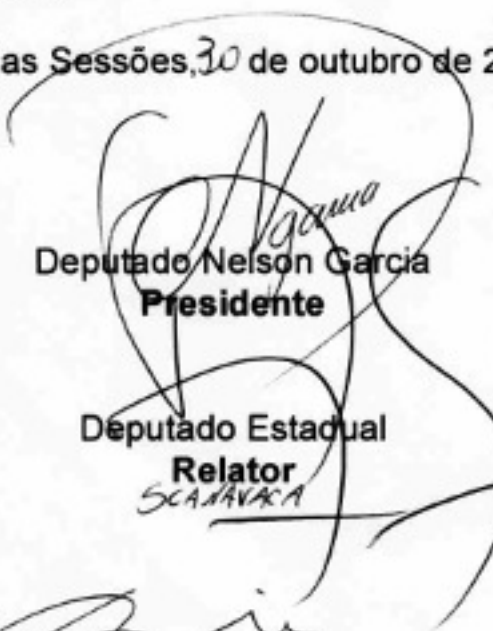
De acordo com o que determina o art. 33-L do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais vem se manifestar acerca do Projeto de Lei 506/12, oriundo da Mensagem 063/12, que altera a Lei 6.517/74 e a Lei 1.052/52, atribuindo à COMEC a outorga de concessão do serviço público de transporte intermunicipal da Região Metropolitana de Curitiba, retirando-a do DER.


Hodiernamente, cabe ao DER a competência para realizar as concessões do transporte coletivo de passageiros nas estradas estaduais, inclusive na Região Metropolitana de Curitiba.


O Projeto em análise via ajustar as leis que regem o DER e a COMEC, deixando a COMEC com a responsabilidade acerca do transporte intermunicipal da Região Metropolitana de Curitiba e o DER com as demais situações no Estado.

Diante do exposto, considerando a legalidade da proposição e sua importância, manifestamo-nos FAVORAVELMENTE ao Projeto de Lei 506/12.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2012.


Deputado Nelson Garcia
Presidente


Deputado Estadual
Relator
SCAVAKA


BIER


MARLA



PARECER AO PROJETO DE LEI 506/12

Conforme o estabelecido no art. 33-Q do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Assuntos Metropolitanos se manifesta a respeito do Projeto de Lei 506/12, oriundo da Mensagem 063/12, o qual objetiva alterar a Lei 6.517/74 e a Lei 1.052/52, atribuindo à COMEC a outorga de concessão do serviço público de transporte intermunicipal da Região Metropolitana de Curitiba, retirando-a do DER.

A COMEC é uma entidade autárquica criada para realizar serviços de interesse comum dos Municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba. No entanto, a competência para realizar as concessões do transporte coletivo de passageiros nas estradas estaduais, inclusive na Região Metropolitana de Curitiba, é toda do DER.

Por isso, faz-se necessário o ajuste das leis que regem o DER e a COMEC, para que estes órgãos, observadas as suas competências, possam administrar com maior qualidade as concessões de transporte.

Com a aprovação da proposição em análise, a COMEC ficará com a responsabilidade acerca do transporte intermunicipal da Região Metropolitana de Curitiba e o DER com as demais situações no Estado.

Diante do exposto, considerando a legalidade da proposição e sua importância, manifestamo-nos FAVORAVELMENTE ao Projeto de Lei 506/12.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2012.


Deputado Toninho Wandscheer
Presidente e relator


GILBERTO NEGRO


C. H. D. A.


R. P. S. A.


ANÍBAL KHURY